



Serviço Público Federal  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
Pró-Reitoria de Ensino

<b>DISCIPLINA: Gestão e Licenciamento Ambiental</b>	
<b>Vigência:</b> a partir de 2013/1	<b>Período letivo:</b> 6º semestre
<b>Carga horária total:</b> 30 h	<b>Código:</b> BG.46
<b>Ementa:</b> Reflexão sobre gestão ambiental e a mitigação dos impactos ambientais causados pelas atividades agropecuárias. Compreensão da legislação pertinente à gestão ambiental na propriedade imóvel agrária. Orientações sobre a gestão ambiental nas cadeias produtivas animal e vegetal.	

## Conteúdos

### UNIDADE I – Gestão Ambiental

#### 1.1 Conceito

### UNIDADE II – Legislação Pertinente à Gestão Ambiental na Propriedade Imóvel Agrária

#### 2.1 Introdução

#### 2.2 Recursos hídricos e a conservação da água

#### 2.3 Uso e proteção do solo

#### 2.4 Agrotóxicos

#### 2.5 Proteção da flora e uso da terra

#### 2.6 Proteção da fauna e patrimônio genético

#### 2.7 Cadastros e Impostos dos Imóveis Rurais

#### 2.8 Licenciamento Ambiental

#### 2.9 Crimes ambientais e penalidades

### UNIDADE III – Descarte Adequado de Resíduos Agropecuários

#### 3.1 Tratamento de Dejetos Animais

### UNIDADE IV – Gestão Ambiental nas Cadeias Produtivas Agropecuárias

#### 4.1 Gestão Ambiental nas Cadeias Produtivas Animais

#### 4.2 Gestão Ambiental nas Cadeias Produtivas Vegetais

## Bibliografia básica

GLEBER, Luciano; PALHARES, Julio Cesar Pascale. **Gestão Ambiental na Agropecuária**. 1. ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2007.

FARIAS, Talden. **Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos**. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

MILLER Jr, G. T. **Ciência Ambiental**. Reimpressão 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

## Bibliografia complementar

BRASIL. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. **Proteção à fauna**.



Serviço Público Federal  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense  
Pró-Reitoria de Ensino

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Política Nacional do Meio Ambiente.**

BRASIL. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. **Lei dos Agrotóxicos.**

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Política Nacional de Recursos Hídricos.**

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Lei de crimes ambientais.**

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.**

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Código Florestal Brasileiro.**

BRASIL. **Código das Águas.** Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934.

BRASIL. Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. **Sistema de Cadastro Ambiental Rural.**

BRASIL. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. **Estudos de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental.**

BRASIL. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. **Licenciamento Ambiental.**

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 11.520, de 03 de agosto de 2000. **Código Estadual do Meio Ambiente.**

ODUM, E.P. **Ecologia.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

SILVA, C.M.S.; FAY, E.F. (coord.). **Agrotóxicos e ambiente.** Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2004.